

Monitoramento dos casos de dengue, febre de chikungunya e febre pelo vírus Zika até a Semana Epidemiológica 10, 2017

Introdução

A dengue, a febre de chikungunya e a febre pelo vírus Zika são doenças de notificação compulsória e estão presentes na Lista Nacional de Notificação Compulsória de Doenças, Agravos e Eventos de Saúde Pública, sendo que a febre pelo vírus Zika foi acrescentada a essa lista apenas pela [Portaria nº 204, de 17 de fevereiro de 2016](#), do Ministério da Saúde.

Este boletim apresenta os dados de 2017, até a Semana Epidemiológica (SE) 10 (1/1/2017 a 11/03/2017), e os compara com os do ano de 2016, para o mesmo período. Para cada uma das doenças, são apresentados dados referentes ao número de casos, número de óbitos e o coeficiente de incidência, calculado utilizando-se o número de casos novos prováveis dividido pela população de determinada área geográfica, e expresso por 100 mil habitantes.

A expressão “casos prováveis” foi utilizada para incluir todos os casos notificados, exceto os que já foram descartados. Os casos são descartados quando possuem coleta de amostra oportuna com diagnóstico laboratorial negativo ou quando são diagnosticados para outras doenças. Os casos de dengue grave, dengue com sinais de alarme e óbitos por dengue, chikungunya e Zika informados incluem somente os casos ou óbitos confirmados por critério laboratorial ou por critério clínico-epidemiológico.

Casos e óbitos notificados podem ser excluídos a qualquer momento, após o registro no sistema de notificação, pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde. Isso pode ocasionar diferenças nos números de uma semana epidemiológica para outra. Esta informação vale tanto para dengue, quanto para febre de chikungunya e febre pelo vírus Zika.

Para comparação entre os municípios, foram utilizados estratos populacionais distribuídos da seguinte forma: menos de 100 mil habitantes; de 100 a 499 mil; de 500 a 999 mil; e acima de 1 milhão de habitantes.

Os dados de dengue e chikungunya foram obtidos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – *Online* (Sinan *Online*), e os dados de Zika, do Sinan-Net. Os dados de população foram obtidos das estimativas populacionais para os anos de 2015 e 2016, realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para o ano de 2017, foram utilizadas as estimativas populacionais de 2016.

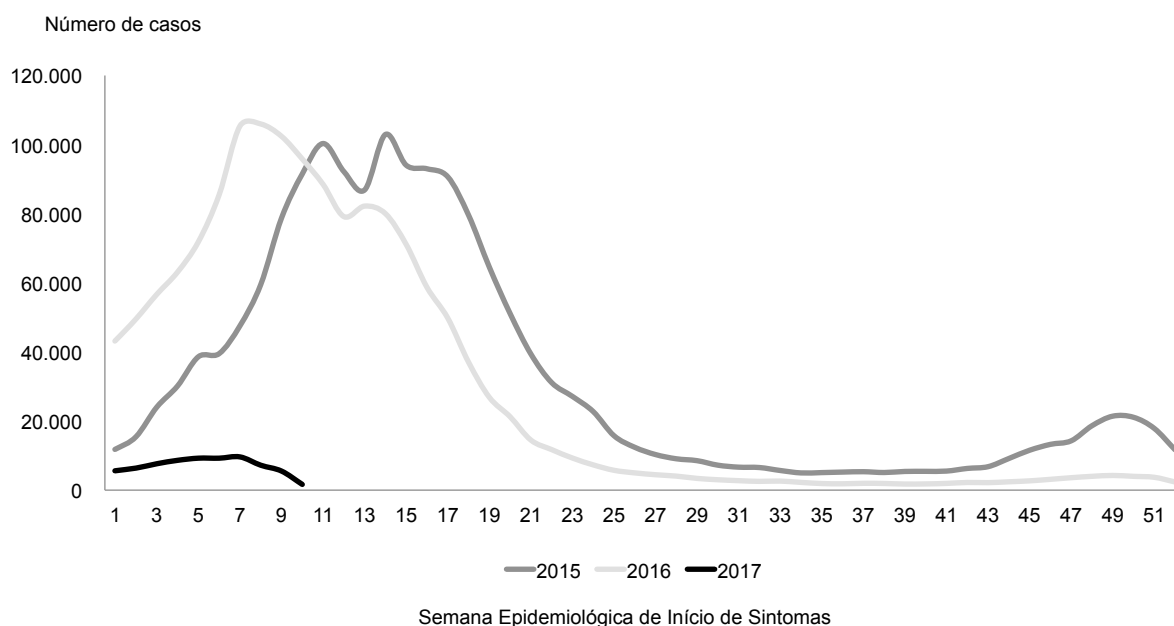
Dengue

Em 2016, SE 1 a SE 52, foram registrados 1.500.535 casos prováveis de dengue, e em 2015, 1.688.688. Em 2017, até a SE 10 (1/1/2017 a 11/03/2017), foram registrados 70.843 casos prováveis de dengue no país (Figura 1), com uma incidência de 34,4 casos/100 mil hab., e outros 35.403 casos suspeitos foram descartados.

Em 2017, até a SE 10, a região Sudeste registrou o maior número de casos prováveis (26.758 casos; 37,8%) em relação ao total do país, seguida das regiões Nordeste (15.973 casos; 22,5%), Centro-Oeste (13.831 casos; 19,5%), Norte (10.443 casos; 14,7%) e Sul (3.838 casos; 5,4%) (Tabela 1). Ressalte-se que estes dados estão sujeitos a alteração.

A análise da taxa de incidência de casos prováveis de dengue (número de casos/100 mil hab.), segundo regiões geográficas, demonstra que as regiões Centro-Oeste e Norte apresentam as maiores taxas de incidência: 88,3 casos/100 mil hab. e 59,0 casos/100 mil hab., respectivamente. Entre as Unidades da Federação (UF), destacam-se Tocantins (181,4 casos/100 mil hab.), Goiás (151,7 casos/100 mil hab.) e Acre (135,1 casos/100 mil hab.) (Tabela 1).

Entre os municípios com as maiores incidências de casos prováveis de dengue em fevereiro registradas até a SE 10, segundo estrato populacional (menos de 100 mil habitantes; de 100 a 499 mil; de 500 a 999 mil; e acima de 1 milhão de habitantes), destacam-se: Ibirapuã/BA, com 2.751,3 casos/100 mil hab.; Governador Valadares/MG, com 420,5 casos/100 mil hab.; Aparecida de Goiânia/GO, com 190,0 casos/100 mil hab.; e Fortaleza/CE, com 84,1 casos/100 mil hab., respectivamente (Tabela 2).



Fonte: Sinan Online (banco de 2015 atualizado em 27/09/2016; de 2016, em 13/01/2017; e de 2017, em 13/03/2017).
Dados sujeitos a alteração.

Figura 1 – Casos prováveis de dengue, por semana epidemiológica de início de sintomas, Brasil, 2015, 2016 e 2017

Casos graves e óbitos

Em 2017, até a SE 10, foram confirmados 21 casos de dengue grave e 489 casos de dengue com sinais de alarme. No mesmo período de 2016, foram confirmados 484 casos de dengue grave e 5.371 casos de dengue com sinais de alarme (Tabela 3). Em 2017, até a SE 10, observou-se que a região Centro-Oeste apresentou o maior número de casos confirmados de dengue grave e de dengue

com sinais de alarme, com 10 e 304 casos, respectivamente (Tabela 3).

Foram confirmados seis óbitos por dengue até a SE 10 de 2017. No mesmo período de 2016, foram confirmados 344 óbitos (Tabela 3). Existem ainda, em 2017, 81 casos de dengue grave ou dengue com sinais de alarme e 63 óbitos em investigação que podem ser confirmados ou descartados (dados não apresentados nas tabelas).

© 1969. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Comitê Editorial

Adelson Loureiro Cavalcante, Sônia Maria Feitosa Brito, Adele Schwartz Benzaken, Daniela Buosi Rohlfs, Elisete Duarte, Geraldo da Silva Ferreira, João Paulo Toledo, Márcia Beatriz Dieckmann Turcato, Maria de Fátima Marinho de Souza, Maria Terezinha Villela de Almeida.

Equipe Editorial

Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviço/SVS/MS: Paulo Cesar da Silva (Editor Científico), Alessandra Viana Cardoso e Lúcia Rólim Santana de Freitas (Editoras Assistentes).

Colaboradores

Coordenação Geral dos Programas Nacionais de Controle e Prevenção da Malária e das Doenças Transmitidas pelo Aedes/DEVIT/SVS/MS: Cibelle Mendes Cabral, Isabela Ornelas Pereira, Laura Nogueira da Cruz, Livia Carla Vinhal Frutuoso e Sulamita Brandão Barbiratto.

Secretaria Executiva

Raíssa Christófaro (CGDEP/SVS)

Projeto gráfico e distribuição eletrônica

Núcleo de Comunicação/SVS

Diagramação

Thaís Abreu Oliveira (CGDEP/SVS)

Revisão de texto

Maria Irene Lima Mariano (CGDEP/SVS)

Tabela 1 – Número de casos prováveis e incidência de dengue (/100mil hab.), até a Semana Epidemiológica 10, por região e Unidade da Federação, Brasil, 2016 e 2017

Região/Unidade da Federação	Casos (n)		Incidência (/100 mil hab.)	
	2016	2017	2016	2017
Norte	18.120	10.443	102,3	59,0
Rondônia	4.891	1.096	273,7	61,3
Acre	1.310	1.103	160,4	135,1
Amazonas	2.175	1.991	54,4	49,8
Roraima	51	251	9,9	48,8
Pará	4.649	2.964	56,2	35,8
Amapá	621	257	79,4	32,9
Tocantins	4.423	2.781	288,5	181,4
Nordeste	160.525	15.973	282,0	28,1
Maranhão	11.148	1.669	160,3	24,0
Piauí	1.026	269	31,9	8,4
Ceará	6.027	7.262	67,2	81,0
Rio Grande do Norte	32.313	828	929,9	23,8
Paraíba	15.953	410	398,9	10,3
Pernambuco	46.373	1.489	492,8	15,8
Alagoas	7.375	365	219,6	10,9
Sergipe	1.831	177	80,8	7,8
Bahia	38.479	3.504	251,9	22,9
Sudeste	442.380	26.758	512,3	31,0
Minas Gerais	264.618	14.247	1.260,2	67,9
Espírito Santo	25.263	2.639	635,8	66,4
Rio de Janeiro	41.424	2.904	249,0	17,5
São Paulo	111.075	6.968	248,2	15,6
Sul	37.376	3.838	127,0	13,0
Paraná	33.812	3.494	300,7	31,1
Santa Catarina	2.578	173	37,3	2,5
Rio Grande do Sul	986	171	8,7	1,5
Centro-Oeste	121.067	13.831	773,0	88,3
Mato Grosso do Sul	34.498	951	1.286,1	35,5
Mato Grosso	14.047	2.277	425,0	68,9
Goiás	63.629	10.158	950,3	151,7
Distrito Federal	8.893	445	298,7	14,9
Brasil	779.468	70.843	378,2	34,4

Fonte: Sinan Online (banco de 2016 atualizado em 13/01/2017; de 2017, em 13/03/2017). Dados sujeitos a alteração.

Febre de chikungunya

Em 2016, SE 1 a SE 52, foram registrados no país 271.824 casos prováveis de febre de chikungunya (Figura 2). Foram confirmados 196 óbitos por febre de chikungunya, nas seguintes UF: Pernambuco (58), Rio Grande do Norte (37), Paraíba (34), Ceará (26), Rio de Janeiro (13), Alagoas (10), Maranhão (8), Bahia (5), Sergipe (2),

Piauí (1), Amapá (1) e Distrito Federal (1) (dados não apresentados em tabelas). A mediana de idade dos óbitos foi de 62 anos, variando de 0 a 98 anos.

Em 2017, até a SE 10, foram registrados 17.525 casos prováveis de febre de chikungunya no país (Tabela 4) e uma taxa de incidência de 8,5 casos/100 mil hab.; destes, 4.333 (24,7 %) foram confirmados. A análise da taxa de incidência de

Tabela 2 – Municípios com as maiores incidências de casos prováveis de dengue em fevereiro, por estrato populacional, até a Semana Epidemiológica 10, Brasil, 2017

Estrato populacional	Município/Unidade da Federação	Incidência (/100 mil hab.)			Casos acumulados (SE 1 a 10)	Incidência acumulada (/100 mil hab.)
		Janeiro	Fevereiro	Março		
População < 100 mil hab. (5.261 municípios)	Ibirapuí/BA	1.216,5	2.751,3	0,0	349	3.967,7
	Tapiramutá/BA	39,2	1.058,5	0,0	196	1.097,7
	Anapu/PA	1.328,5	803,2	3,8	561	2.135,4
	Campestre do Maranhão/MA	219,4	729,1	0,0	134	948,5
	Crixás do Tocantins/TO	59,0	708,4	0,0	13	767,4
População de 100 a 499 mil hab. (268 municípios)	Governador Valadares/MG	205,2	420,5	20,7	1.808	646,5
	Novo Gama/GO	87,6	222,3	24,0	362	333,9
	Palmas/TO	51,1	184,4	74,7	868	310,2
	Teófilo Otoni/MG	419,1	179,5	0,7	848	599,3
	Trindade/GO	85,4	167,5	26,0	333	278,9
População de 500 a 999 mil hab. (24 municípios)	Aparecida de Goiânia/GO	133,4	190,0	18,8	1.821	342,2
	Londrina/PR	26,2	70,3	13,9	611	110,4
	Uberlândia/MG	17,9	33,7	14,8	445	66,5
	Ribeirão Preto/SP	7,4	30,7	16,8	370	54,9
	Contagem/MG	36,2	30,6	3,4	459	70,2
População > 1 milhão hab. (17 municípios)	Fortaleza/CE	48,3	84,1	9,1	3.693	141,5
	Goiânia/GO	68,6	67,9	6,2	2.068	142,8
	Belo Horizonte/MG	53,1	54,7	11,3	2.994	119,1
	Manaus/AM	17,0	29,1	4,6	1.060	50,6
	Campinas/SP	12,0	24,9	8,1	528	45,0

Fonte: Sinan Online (atualizado em 13/03/2017).
Dados sujeitos a alteração.

casos prováveis (número de casos/100 mil hab.), por regiões geográficas, demonstra que a região Norte apresentou a maior taxa de incidência: 20,6 casos/100 mil hab., seguida da região Nordeste, com 16,5 casos/100 mil hab. Entre as UF, destacam-se Tocantins (69,5 casos/100 mil hab.), Ceará (52,8 casos/100 mil hab.) e Roraima (36,8 casos/100 mil hab.) (Tabela 4).

Entre os municípios com as maiores incidências de chikungunya em fevereiro, até a SE 10, segundo estrato populacional (menos de 100 mil habitantes; de 100 a 499 mil; de 500 a 999 mil; e acima de 1 milhão de habitantes), destacam-se: Praia Norte/TO, com 1.156,9 casos/100 mil hab.; Governador Valadares/MG, com 321,5 casos/100 mil hab.; Natal/RN, com 6,5 casos/100 mil hab.; e Fortaleza/CE, com 26,2 casos/100 mil hab., respectivamente (Tabela 5).

Em 2017, foram confirmados laboratorialmente 6 óbitos por febre de chikungunya, nos seguintes estados: Pará (2), Pernambuco (1), Bahia (1), Ceará (1) e São Paulo (1).

Febre pelo vírus Zika

Em 2016, SE 1 a SE 52, foram registrados 215.319 casos prováveis de febre pelo vírus Zika no país (Figura 3). Foram confirmados laboratorialmente 8 óbitos por vírus Zika – no Rio de Janeiro (4), no Espírito Santo (2), no Maranhão (1) e na Paraíba (1).

Em 2017, até a SE 10, foram registrados 3.961 casos prováveis de febre pelo vírus Zika no país (Figura 3) e uma taxa de incidência de 1,9 caso/100 mil hab.; destes, 942 (23,8%) foram confirmados. A análise da taxa de incidência de casos prováveis de Zika (número de casos/100 mil hab.), segundo regiões geográficas, demonstra que as regiões Norte e Centro-Oeste apresentam as maiores taxas de incidência: 6,3 casos/100 mil hab. e 5,7 casos/100 mil hab., respectivamente. Entre as UF, destacam-se Tocantins (26,9 casos/100 mil hab.), Goiás (11,3 casos/100 mil hab.) e Roraima (10,1 casos/100 mil hab.) (Tabela 6).

Em 2017, até a SE 10, não foi confirmado laboratorialmente nenhum óbito por Zika vírus.

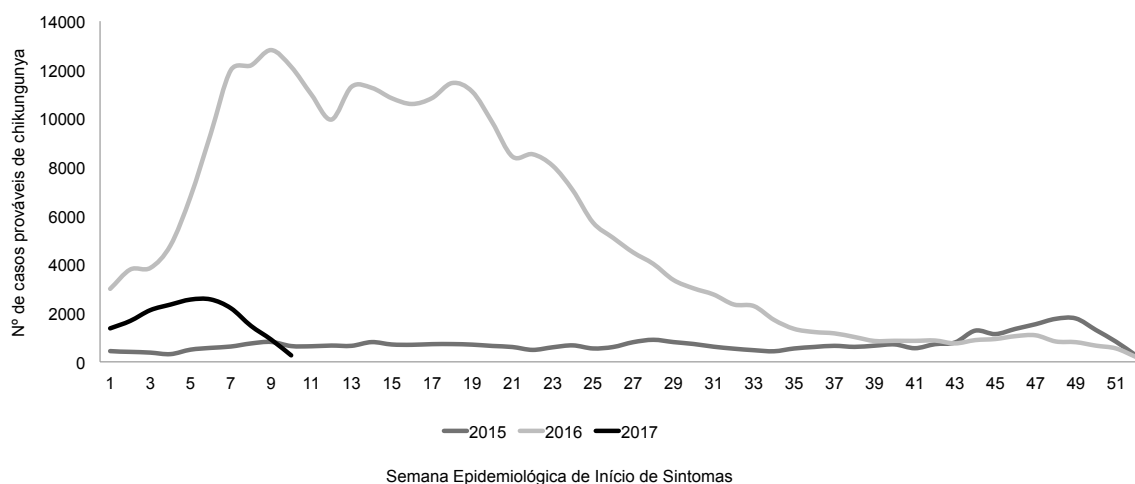
Tabela 3 – Número de casos graves e com sinais de alarme, confirmados por dengue, até a Semana Epidemiológica 10, por região e Unidade da Federação, Brasil, 2016 e 2017

Região/Unidade da Federação	Semana Epidemiológica 1 a 10					
	Casos confirmados				Óbitos confirmados	
	2016		2017		2016	2017
	Dengue com sinais de alarme	Dengue grave	Dengue com sinais de alarme	Dengue grave		
Norte	47	6	6	2	3	0
Rondônia	7	4	0	2	2	0
Acre	0	0	0	0	0	0
Amazonas	2	1	3	0	0	0
Roraima	0	0	0	0	0	0
Pará	23	1	1	0	0	0
Amapá	7	0	2	0	1	0
Tocantins	8	0	0	0	0	0
Nordeste	141	36	95	2	44	2
Maranhão	18	4	7	0	7	0
Piauí	1	1	0	0	0	0
Ceará	19	15	8	1	9	1
Rio Grande do Norte	27	2	3	0	4	0
Paraíba	28	1	0	0	1	0
Pernambuco	30	9	2	0	20	0
Alagoas	11	1	0	1	0	1
Sergipe	1	0	1	0	0	0
Bahia	6	3	74	0	3	0
Sudeste	2.342	265	82	7	213	3
Minas Gerais	1.185	160	23	4	132	1
Espirito Santo	214	27	33	0	13	1
Rio de Janeiro	216	9	11	1	7	0
São Paulo	727	69	15	2	61	1
Sul	463	79	2	0	40	0
Paraná	426	76	2	0	39	0
Santa Catarina	34	2	0	0	1	0
Rio Grande do Sul	3	1	0	0	0	0
Centro-Oeste	2.378	98	304	10	44	1
Mato Grosso do Sul	240	13	2	1	14	0
Mato Grosso	9	6	3	0	5	0
Goiás	1.988	65	293	9	16	1
Distrito Federal	141	14	6	0	9	0
Brasil	5.371	484	489	21	344	6

Fonte: Sinan Online (banco de 2016 atualizado em 13/01/2017; de 2017, em 13/03/2017).
Dados sujeitos a alteração.

Em relação às gestantes, foram registrados 568 casos prováveis, sendo 120 confirmados por critério clínico-epidemiológico ou laboratorial, segundo dados do Sinan-NET (dados não apresentados nas tabelas).

Ressalta-se que os óbitos em recém-nascidos, natimortos, abortamento ou feto, resultantes de microcefalia possivelmente associada ao vírus Zika, são acompanhados pelo [Boletim Epidemiológico sobre o Monitoramento dos Casos de Microcefalia no Brasil](#).



Fonte: Sinan NET (banco de 2015 atualizado em 18/10/2016; de 2016, em 17/01/2017); Sinan Online (banco de 2017 atualizado em 13/03/2017).
Dados sujeitos a alteração.

Figura 2 – Casos prováveis de febre de chikungunya, por semana epidemiológica de início de sintomas, Brasil, 2015, 2016 e 2017

Tabela 4 – Número de casos prováveis e incidência de febre de chikungunya (/100 mil hab.), até a Semana Epidemiológica 10, por região e Unidade da Federação, Brasil, 2016 e 2017

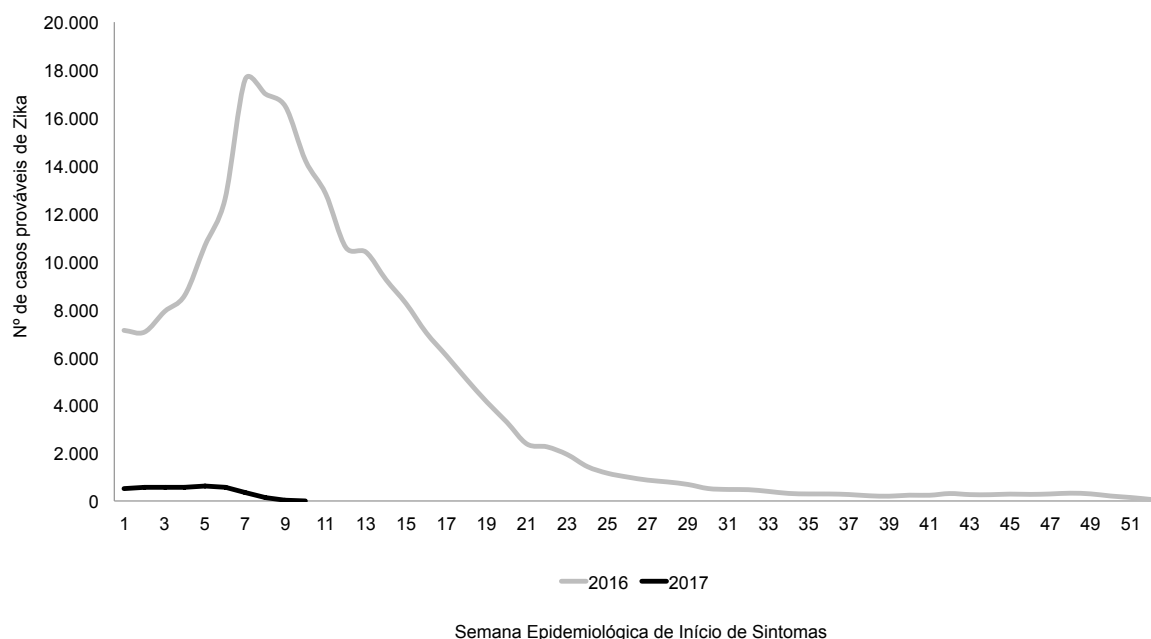
Região/Unidade da Federação	Casos (n)		Incidência (/100 mil hab.)	
	2016	2017	2016	2017
Norte	1.024	3.649	5,0	20,6
Rondônia	247	151	13,8	8,4
Acre	74	63	9,1	7,7
Amazonas	83	160	2,1	4,0
Roraima	3	189	0,6	36,8
Pará	351	1.989	4,2	24,0
Amapá	39	32	5,0	4,1
Tocantins	227	1.065	14,8	69,5
Nordeste	74.821	9.403	131,5	16,5
Maranhão	1.557	859	22,4	12,4
Piauí	56	55	1,7	1,7
Ceará	912	4.735	10,2	52,8
Rio Grande do Norte	7.082	239	203,8	6,9
Paraíba	2.297	119	57,4	3,0
Pernambuco	27.926	490	296,8	5,2
Alagoas	2.981	101	88,7	3,0
Sergipe	3.273	80	144,5	3,5
Bahia	28.737	2.725	188,1	17,8
Sudeste	3.679	3.864	4,3	4,5
Minas Gerais	488	2.302	2,3	11,0
Espírito Santo	116	133	2,9	3,3
Rio de Janeiro	1.183	907	7,1	5,5
São Paulo	1.892	522	4,2	1,2
Sul	461	172	1,6	0,6
Paraná	243	95	2,2	0,8
Santa Catarina	165	37	2,4	0,5
Rio Grande do Sul	53	40	0,5	0,4
Centro-Oeste	701	437	4,5	2,8
Mato Grosso do Sul	133	32	5,0	1,2
Mato Grosso	304	267	9,2	8,1
Goiás	80	112	1,2	1,7
Distrito Federal	184	26	6,2	0,9
Brasil	80.686	17.525	39,2	8,5

Fonte: Sinan NET (banco de 2015 atualizado em 18/10/2016; de 2016, em 17/01/2017); Sinan Online (banco de 2017 atualizado em 13/03/2017).
Dados sujeitos a alteração.

Tabela 5 – Municípios com as maiores incidências de casos prováveis de chikungunya em fevereiro, por estrato populacional, até a Semana Epidemiológica 10, Brasil, 2017

Estrato populacional	Município/Unidade da Federação	Incidência (/100 mil hab.)			Casos acumulados (SE 1 a 10)	Incidência acumulada (/100 mil hab.)
		Janeiro	Fevereiro	Março		
População < 100 mil hab. (5.261 municípios)	Praia Norte/TO	2.386,1	1.156,9	12,1	295	3.555,1
	Aracoiaba/CE	68,7	908,3	11,4	259	988,4
	Baturité/CE	1.152,1	907,4	68,3	748	2.127,8
	Conselheiro Pena/MG	543,3	625,2	43,1	281	1.211,6
	Axixá do Tocantins/TO	112,9	564,6	82,1	74	759,7
População de 100 a 499 mil hab. (268 municípios)	Governador Valadares/MG	52,9	321,5	0,4	1.048	374,7
	Teófilo Otoni/MG	61,5	216,3	24,0	427	301,8
	Caucaia/CE	44,4	141,8	10,9	706	197,1
	Teixeira de Freitas/BA	364,2	115,1	0,0	766	479,3
	Eunápolis/BA	280,9	82,3	1,8	417	364,9
População de 500 a 999 mil hab. (24 municípios)	Natal/RN	6,2	6,5	0,3	114	13,0
	João Pessoa/PB	4,0	3,6	0,0	61	7,6
	Cuiabá/MT	4,3	2,9	0,0	42	7,2
	Teresina/PI	3,0	2,5	0,2	48	5,7
	Aracaju/SE	2,0	2,0	0,0	26	4,1
População > 1 milhão hab. (17 municípios)	Fortaleza/CE	11,2	26,2	7,1	1.162	44,5
	Rio de Janeiro/RJ	5,0	4,0	0,2	601	9,2
	São Luís/MA	3,0	3,0	0,1	67	6,2
	Belém/PA	2,6	2,4	0,0	72	5,0
	Recife/PE	3,0	1,8	0,2	81	5,0

Fonte: Sinan Online (atualizado em 13/03/2017).
Dados sujeitos a alteração.



Fonte: Sinan NET (banco de 2016 atualizado em 17/01/2017; de 2017, em 22/02/2017).
Dados sujeitos a alteração.

Figura 3 – Casos prováveis de febre pelo vírus Zika, por semana epidemiológica de início de sintomas, Brasil, 2016 e 2017

Tabela 6 – Número de casos prováveis e incidência de febre pelo vírus Zika, por região e Unidade da Federação, até a semana epidemiológica 7, Brasil, 2016 e 2017

Região/Unidade da Federação	Casos (n)		Incidência (/100 mil hab.)	
	2016	2017	2016	2017
Norte	5.596	1.121	31,6	6,3
Rondônia	394	99	22,0	5,5
Acre	28	67	3,4	8,2
Amazonas	1.434	154	35,8	3,8
Roraima	28	52	5,4	10,1
Pará	2.414	330	29,2	4,0
Amapá	39	7	5,0	0,9
Tocantins	1.259	412	82,1	26,9
Nordeste	39.205	898	68,9	1,6
Maranhão	1.328	104	19,1	1,5
Piauí	12	5	0,4	0,2
Ceará	485	163	5,4	1,8
Rio Grande do Norte	1.312	39	37,8	1,1
Paraíba	1.148	25	28,7	0,6
Pernambuco	292	8	3,1	0,1
Alagoas	1.475	21	43,9	0,6
Sergipe	144	10	6,4	0,4
Bahia	33.009	523	216,1	3,4
Sudeste	51.009	960	59,1	1,1
Minas Gerais	8.372	284	39,9	1,4
Espírito Santo	1.586	65	39,9	1,6
Rio de Janeiro	39.009	394	234,5	2,4
São Paulo	2.042	217	4,6	0,5
Sul	514	83	1,7	0,3
Paraná	412	44	3,7	0,4
Santa Catarina	36	14	0,5	0,2
Rio Grande do Sul	66	25	0,6	0,2
Centro-Oeste	22.917	899	146,3	5,7
Mato Grosso do Sul	1.025	7	38,2	0,3
Mato Grosso	18.711	121	566,1	3,7
Goiás	3.021	754	45,1	11,3
Distrito Federal	160	17	5,4	0,6
Brasil	119.241	3.961	57,9	1,9

Fonte: Sinan NET (banco de 2016 atualizado em 17/01/2017; de 2017, em 22/02/2017).
Dados sujeitos a alteração.

Atividades desenvolvidas pelo Ministério da Saúde

1. Distribuição, aos estados e municípios, de insumos estratégicos, como inseticidas e *kits* para diagnóstico.
2. Atualização do Guia de Manejo Clínico de Dengue – disponibilização de versão web.
3. Atualização do Protocolo de vigilância e resposta à ocorrência de microcefalia relacionada à infecção pelo vírus Zika.
4. Repasse, no Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS) do Componente de Vigilância em Saúde, de recurso financeiro no valor de R\$ 152.103.611,63, em duas parcelas, para implementação de ações contingenciais de prevenção e controle do vetor *Aedes aegypti* (Portaria no 3.129, de 28 de dezembro de 2016).
5. Instalação da Sala Nacional de Coordenação e Controle, com o objetivo de gerenciar e monitorar a intensificação das ações de mobilização e combate ao mosquito *Aedes aegypti*, para o enfrentamento da dengue, do vírus chikungunya e do vírus Zika.
6. Apoio à instalação de 27 Salas Estaduais e 1.877 Salas Municipais de Coordenação e Controle.
7. Realização semanal de videoconferências entre a Sala Nacional e as Salas Estaduais de Coordenação e Controle.
8. Elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento à Microcefalia: Mobilização e Controle do *Aedes aegypti* em dezembro de 2015 e monitoramento dos indicadores elencados no Eixo 1 do Plano.
9. Realização de videoconferência entre as seis cidades que iriam receber algum evento dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos e o Grupo de Riscos Epidemiológicos, Sanitários, Ambientais e de Saúde do Trabalhador.
10. Realização, em janeiro de 2016, de reunião com especialistas para proposta de nova vigilância de dengue, febre de chikungunya e febre pelo vírus Zika.
11. Realização, em fevereiro de 2016, de reunião técnica internacional para implementação de novas alternativas para o controle do *Aedes aegypti* no Brasil, com publicação do relatório da reunião no Boletim Epidemiológico.
12. Redefinição do modelo de vigilância da febre pelo vírus Zika para vigilância universal.
13. Investigação, em março de 2016, de óbitos por arboviroses (dengue, febre pelo vírus Zika e febre de chikungunya) em Pernambuco, realizada pela equipe da Coordenação Geral do Programa Nacional de Controle da Dengue (CGPNCD) e do Programa de Treinamento em Epidemiologia Aplicada aos Serviços do Sistema Único de Saúde (EpiSUS).
14. Realização, em maio de 2016, de reunião do Comitê Técnico Assessor do Programa Nacional de Controle da Dengue com especialistas para discussão dos óbitos por dengue, febre de chikungunya e febre pelo vírus Zika.
15. Elaboração e disponibilização do curso virtual “Zika: abordagem clínica na Atenção Básica”.
16. Publicação do Decreto nº 8.662, de 1º de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a mobilização para a prevenção e eliminação de focos do mosquito *Aedes aegypti* no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal e cria o Comitê de Articulação e Monitoramento das ações de mobilização para a prevenção e eliminação de focos do mosquito.
17. Realização de ações internas no prédio do MS para vigilância, prevenção e controle da dengue, febre de chikungunya e febre pelo vírus Zika, tais como a exposição Combate ao *Aedes aegypti* – Todos juntos em defesa da saúde e da vida. Publicação da Portaria SE nº 122/2016, que estabelece diretrizes para adoção de medidas rotineiras de prevenção e eliminação de focos de *Aedes aegypti* nas dependências do Ministério da Saúde e cria grupo condutor das ações de mobilização para o combate ao vetor pelo conjunto de seus trabalhadores.
18. Publicação, em 13 de junho de 2016, do Protocolo de Investigação de Óbitos por Arbovírus Urbanos no Brasil – dengue, chikungunya e Zika.
19. Realização, em julho de 2016, da Reunião para o planejamento do uso de novas alternativas no controle vetorial no Brasil.
20. Realização de convênios para avaliação de novas tecnologias para controle vetorial.
21. Elaboração da 2ª edição do Guia de manejo clínico de chikungunya.
22. Elaboração do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas de Chikungunya.
23. Lançamento da campanha de Prevenção e Combate ao *Aedes aegypti*, em novembro de 2016.
24. Realização e divulgação do Levantamento Rápido do Índice de Infestação por *Aedes aegypti* (LIRAA).

25. Mobilização Nacional no dia 2 de dezembro, com participação do Presidente da República, ministros de Estado e representantes de vários órgãos do Governo Federal.
26. Realização, em dezembro de 2016, da Reunião Macrorregional de dengue, chikungunya e Zika vírus, com o objetivo de atualizar as informações a respeito do cenário epidemiológico de transmissão simultânea dessas arboviroses no Brasil, do aumento da ocorrência de óbitos e outras consequências, que contou com representantes de todas as Secretarias Estaduais de Saúde e da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.
27. Participação na atualização dos cursos de Educação a Distância (EaD): Zika; Combate Vetorial ao *Aedes aegypti*; Dengue; e Manejo clínico de chikungunya.
28. Criação da Rede Nacional de Especialistas em Zika e Doenças Correlatas (RENEZIKA).